

COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO: MECANISMO NECESSÁRIO EM PROCESSOS SELETIVOS

Fabiana Santos Souza¹
Josileide Veras de Sousa²

RESUMO

Este relato justifica-se a partir de experiência particulares vividas por duas estudantes, que atuaram como membros da Comissão de Heteroidentificação, na Universidade Federal de Goiás (UFG), formada para o processo de matrículas em cursos de graduação, no ano de 2020. O cerne do relato está em exteriorizações subjetivas acerca do desenvolvimento e aplicação de ações afirmativas, especificamente, na aplicação da Lei 12.711/2012, que garante reserva de vagas a negros – de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) esse grupo é composto por pretos e pardos – indígenas e quilombolas. Desse modo, este relato visa observar, comentar e descrever a partir de olhares pessoais como atuou a Comissão de Heteroidentificação em um processo de matrículas específico, e como se comportaram alguns candidatos que estavam passando pelo processo. Importante pontuar que não está descrito aqui o olhar da universidade, e sim de duas estudantes, as quais na época estavam na graduação, sendo que uma cursava Ciências Sociais, com habilitação em Políticas Públicas e a outra em Letras Portugêses.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências Sociais. Antropologia. Comissão de Heteroidentificação. Relato de Experiência.

HETERO-IDENTIFICATION COMMISSION: A NECESSARY MECHANISM IN SELECTION PROCESSES

ABSTRACT

This report is justified from the particular experience of two students, who acted as members of the Hetero-identification Commission, at the Federal University of Goiás (UFG), formed for the process of enrollment in undergraduate courses in 2020. The core of the report is in subjective exteriorizations about the development and application of affirmative action, specifically, in the application of Law 12.711/2012, which guarantees reserved places for blacks - according to the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) this group is composed of black and brown people - indigenous and quilombolas. Thus, this report aims to observe, comment and describe from a personal perspective how the Commission of Hetero-identification acted in a specific enrollment process, and how some candidates who were going through the process behaved. It is important to point out that it is not described here the view of the university, but the view of two students, who at the time were undergraduates, one of whom was studying Social Sciences, with a major in Public Policies, and the other, Portuguese Language.

KEYWORDS: Social Sciences. Anthropology. Commission of Heteroidentification. Experience Report.

¹ Graduanda em Letras Vernáculas; Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: profabisantos@outlook.com.

² Graduanda em Ciências Sociais – Políticas Públicas; Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: josileideveras@outlook.com.

1. INTRODUÇÃO

Já havia passado um semestre desde que comecei a Iniciação Científica no dia 17 de julho de 2019, nesse período estava fazendo um relatório sobre cotas na docência da UFG. E, por recomendação da Dr^a Marlini Dorneles, orientadora de IC, participei de várias ações voltadas para a discussão das cotas raciais no ensino superior, inclusive da capacitação que os membros da Comissão de Heteroidentificação, da UFG, devem passar antes de compor as bancas – que irão atuar nos processos de matrículas da graduação, pós-graduação, contratação de equipe técnica e docente desta mesma instituição. Participar dessa capacitação foi razão para que a assistente administrativo Liliene Rabelo, da Coordenação de Inclusão e Permanência (CIP), me propusesse um convite de trabalho voluntário.

Desde que foi instalada uma comissão a fim de combater fraudes às cotas raciais, no momento da matrícula na UFG, vários estudantes cotistas (negros, indígenas e transexuais veteranos) têm colaborado dando suporte às bancas de heteroidentificação. Esse suporte é compreendido como um acolhimento a quem busca ingressar no ensino superior por meio dessa política de ação afirmativa. Com o tempo, naturalmente, esses veteranos acolhedores começaram a assumir o trabalho de orientar quanto a todas as etapas da matrícula, bem como aos processos de assistência estudantil e pedagógica da universidade, na medida em que se familiarizavam com esses caminhos.

No primeiro semestre de 2020, os preparativos para matrículas da UFG iniciaram-se ainda em janeiro, meses antes de saírem os resultados oficiais. A minha participação nesse evento, primeiramente, se deu na etapa de capacitação dos membros da Comissão de Heteroidentificação. No ano seguinte, a Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAAF/UFG) vinculou o trabalho voluntário que fiz nas matrículas do ano anterior às atividades que desenvolvi como estagiária, desde que passei no Processo Seletivo Simplificado para bolsista do Programa de Ações Afirmativas e Acadêmico da UFG.

2. EXPERIÊNCIA EM CAMPO: RECONSTRUINDO IDENTIDADES

Quinze dias antes de começarem as matrículas da graduação, no ano de 2020, fui convidada pela Dr^a Marlini Dorneles para participar de uma reunião com outros colegas cotistas (negros, quilombolas, transexuais, indígenas) que estavam dispostos a colaborar na recepção dos candidatos que passariam pela heteroidentificação. Diversas demandas estavam em pauta naquela reunião, das

quais algumas (a recepção, moradia e alimentação) se destacavam mais por tratar-se de necessidades prioritárias que precisavam ser supridas com urgência para os calouros que apresentariam dificuldades financeiras para permanecer estudando na UFG.

O convite da servidora técnica da CIP, Liliene Rabelo, foi de juntar-me às atividades exercidas pelos estudantes que se voluntariaram à função de monitoria durante as matrículas. Os monitores tinham diversas atividades a exercerem, dentre outras, estava a distribuição de senhas e a garantia de que todos os candidatos fossem atendidos pelas bancas. Desse modo, davam orientações a fim de garantir que estivessem com a autodeclaração preenchida, sem a assinatura, e portando um documento com foto, além de verificar e orientar acerca do desligamento dos celulares.

Era imprescindível que todos esses procedimentos fossem feitos antes de entrarem nas salas para a entrevista. Todavia, a orientação era para que todas as ações fossem feitas de maneira a não causar pânico e nem constrangimentos a quem estava aguardando seu momento de passar pela banca, deixando-os tranquilos quanto ao processo em si. Além dos procedimentos supracitados, outra importante orientação era em relação ao poder de decisão quanto ao que seria marcado na autodeclaração, porque o documento para negros, independentemente se fosse UFGInclui³ ou Sisu, exigia-se que optasse entre preto ou pardo, e, não podíamos interferir na decisão de opção que o candidato iria marcar na autodeclaração, mesmos que eles pedissem nossa opinião.

Outra recomendação dada aos monitores era de recepcionar os candidatos após as entrevistas e conduzi-los aos próximos procedimentos. A orientação do próximo procedimento a ser tomado era decidida depois da entrevista, pois, em caso de deferimento poderia ir direto fazer a matrícula, ou quando necessário passar pela Análise da Realidade Socioeconômica, pela Verificação da Condição de Pessoa com Deficiência (PCD), quando necessário, ou, em caso de indeferimento, dialogar com os dois servidores responsáveis: o presidente da Comissão de Heteroidentificação, o cientista social Pedro Rodrigues Cruz e/ou a vice-presidente da comissão Profa. Dr^a Marlini Dorneles de Lima⁴, coordenadora da Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAAF/UFG).

As matrículas aconteceram no Centro de Eventos Ricardo Freua Bufaiçal, no Campus Samambaia, da Universidade Federal de Goiás (UFG), e o espaço foi ocupado por várias comissões, sendo Comissão de Escolaridade, Comissão de Heteroidentificação, Análise da Realidade

³ Aprovado por meio da Resolução CONSUNI N^o 29/2008, o UFGInclui é um Programa de Inclusão que cria (1) vaga em curso presencial de graduação da Universidade Federal de Goiás para indígenas e quilombolas, sendo uma vaga para cada.

⁴ Dr^a Marlini Dorneles de Lima também exerce a função de Vice-presidente da Comissão de Heteroidentificação.

Socioeconômica, Verificação da Condição de Pessoa com Deficiência e coordenações de cursos. A Comissão de Heteroidentificação ficou localizada no palco e utilizou quatro camarins do centro de eventos, seguindo normas como o fechamento das cortinas, a fim de priorizar a privacidade de todo o processo de entrevista. A recepção às pessoas que iam passar pelo procedimento de heteroidentificação era de responsabilidade dos monitores e estava composta por duas mesas, sendo que uma era direcionada ao atendimento de quem ingressava pelo processo seletivo SisU, podendo ser pretas, pretos, pardas, pardos ou indígenas⁵ e, a outra mesa estava direcionada ao processo seletivo do Programa UFGInclui, atendendo indígenas e quilombolas.

Apesar do trabalho não ser remunerado e parcela dos estudantes que se dispuseram a colaborar na monitoria dessa mesma comissão não terem comparecido, pudemos contar com um número bastante considerável de colaboradores, inclusive de estudantes não cotistas. E nesse grupo de acolhedores foi possível observar algumas manifestações recorrentes. Primeiro a curiosidade de todos em entender o processo de apuração da autodeclaração; críticas ao tratamento oferecido aos candidatos do sistema UFGInclui; a indignação de estudantes quilombolas que viram seus parentes sendo indeferidos, porque o processo exige que sejam quilombolas negros.

Ao redor dessas mesas, frequentemente podia notar um murmúrio relacionado às cotas raciais, cada um com sua própria compreensão tentava dizer e explicar seu entendimento sobre as cotas. Nesse momento, ao aproximar de uma das mesas, deparei com contestação sobre minha condição racial. Eu ainda estava passando as orientações de atendimento, quando de repente uma estudante sentada virou o rosto em minha direção e apontando o dedo, disse: “Você não é negra”. Por um momento fiquei parada ao lado dela pensando no que eu havia acabado de ouvir. Olhei para ela, compreendi que era alguém⁶ que entendia pouco sobre cotas raciais.

Aproveitei o momento! Disse para todas as pessoas que estavam colaborando ali que a identificação do candidato não está baseada só na cor da pele, mas também nos traços fenotípicos da negritude que o corpo trás e que por isso muitas pessoas de pele clara são identificadas com o conjunto de características (cabelo, boca, nariz e dentre outros) não afilados e, por isso, são vistas como negras. No dia seguinte, compartilhei no grupo de Whatsapp os materiais, “Heteroidentificação e cotas raciais:

⁵ Indígenas possuem duas possibilidades de processos seletivos, ou seja, podem ingressar, na UFG, tanto pelo SISU, quanto pelo Programa UFGInclui.

⁶ É importante ressaltar que esse relato é parte da monografia de Josileide Veras de Sousa, intitulada Húpárnô processo de matrículas, ações afirmativas e Comissão de Heteroidentificação, apresentada em novembro de 2021. Portanto, devido à limitação de caracteres, algumas tensões não serão exploradas aqui. Visto que o principal objetivo é apresentar a participação de alguns estudantes veteranos no processo de heteroidentificação.

dúvidas, metodologia e procedimentos” (DIAS; MARTINS, 2018), e o artigo nº 2.087 no Boletim UFMG “Mas, afinal, do que estamos falando quando o tema é heteroidentificação?”.

Quem estava tendo contato pela primeira vez com o sistema de cotas da heteroidentificação, questionou afirmando que havia tratamento diferenciado aos candidatos UFGInclui. Isso acontecia porque tinham uma banca específica para atendê-los, com responsabilidade de não somente verificar a autodeclaração quilombola, mas também documentos emitidos pela FUNAI para os indígenas e documentos emitidos pelas comunidades de origem dos candidatos. Além disso, era bastante notável que candidatos para as vagas do UFGInclui se encontravam naquele ano em número bem menor do que candidatos do SISU.

Outrossim, o trabalho de monitoria era voluntário, e a maioria dos monitores que estavam ali eram estudantes de comunidades tradicionais e por já terem passado pelo processo de matrículas, se dispuseram a ajudar seus parentes a fim de evitar o máximo de dificuldades que eles poderiam ter nesse primeiro momento na universidade. O interessante nessa situação é que a monitora que questionou o tratamento diferenciado aos candidatos do UFGInclui, foi a mesma pessoa que anteriormente questionou a minha negritude.

Percebendo o quanto a acolhedora ficou reflexiva, disse a ela que apesar de muitos estudantes entrarem pelo sistema das cotas, a empatia e a solidariedade em acolher quem está chegando à matrícula é uma prática que normalmente acontece entre os estudantes de comunidades tradicionais, mesmo que eles sejam de comunidades diferentes. A acolhedora também resolveu acompanhar o processo de uma candidata que havia passado pelo sistema de cotas SISU, e, precisava ter já de início acesso a assistência estudantil, pois ela estava vindo do Maranhão e seus pais teriam dificuldades em custear à distância seus gastos.

Enquanto gerenciava as tarefas no período da Chamada Pública, por ter um número bastante reduzido de monitores, em vários momentos assumi a responsabilidade no direcionamento das candidatas e candidatos. Desde o início era inevitável que eu mesma não estabelecesse parâmetros de identificação aos que se apresentavam, algo que provavelmente parcela dos acolhedores também faziam. No entanto, não podíamos deixar transparecer, pois, institucionalmente não tinha nenhuma validade e poderia interferir na autopercepção alheia.

Algum tempo depois, notei que os meus pareceres estavam baseados na infância que tive, e especialmente na fase em que morei em uma instituição confessional, que abrigava crianças e adolescentes vulneráveis. Inevitavelmente, eu observava características fenotípicas e chegava a

conclusões próprias, passei a associá-los, mentalmente, com as situações ocorridas na instituição em que vivi, visto que, sabíamos se uma pessoa seria ou não adotada. Nos atos de matrículas, não foi difícil que eu identificasse qual era o pardo da cota, pois, indivíduos desse mesmo grupo específico, em uma instituição de adoção, não seriam adotados, em sua maioria.

Meu cabelo é crespo, de raiz alta e faz alguns anos que venho assumindo sua forma natural como parte de minha identidade. Durante a matrícula notei vários olhares de candidatos voltados para ele, alguns olhavam e torciam o nariz, outros olhavam e cochichavam com a pessoa que estava ao lado. Se fosse há uns três anos, eu não aguentaria tantos olhares e logo correria para a pia do banheiro e o molharia. Depois de dias naquele trabalho, percebi algo diferente em alguns daqueles cochichos, candidatos, mais especificamente pardos, me usavam como referência para comparar minhas características fenotípicas com as características fenotípicas deles.

Percebi isso durante os dois primeiros dias da Chamada Pública e, nem todos que estavam me usando como referencial seriam deferidos pelas bancas, mas o fato é que eles também estavam se autoavaliando e ali na matrícula eles mesmos criam parâmetros, e que talvez pudesse deixar alguns mais preparados para o “não” da banca. Esse momento pode ser para muitos o início de uma desconstrução e reconstrução de sua identidade, assim como pensa e escreve o antropólogo congolês Kabengele Munanga, O qual afirma que a identidade do sujeito negro é construída.

Reconstruindo a identidade se refere a isso, tanto estudantes quanto os candidatos estavam em processo de desconstrução e de se descobrir entre um povo tão afetado com a mistura de tons de peles e fenotípias resultantes do violento e intenso processo de miscigenação, assim como também como afirma o professor e antropólogo congolês Kabengele Munanga, em seu livro intitulado *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil*, de 2019.

3. EXPERIÊNCIA EM CAMPO: ACOLHIMENTO DE COTISTAS POR COTISTAS

A pedido da coordenadora, Dr^a Marlini Dorneles, comecei a organizar o trabalho de acolhimento, realizando ligações e conversas no aplicativo WhatsApp, convidando vários estudantes cotistas para colaborar junto à comissão na recepção dos candidatos, no ano de 2021. Devido ao processo de matrículas esse ano não acontecer no início do semestre, muitos estudantes veteranos precisaram recusar o convite, já que estavam em período de provas e entrega de trabalhos acadêmicos.

Consegui organizar uma equipe. Os integrantes foram os discentes Ailton José Meri Ekureu (estudante de enfermagem), Beatriz Soares da Silva (estudante de farmácia), Hyrlana Oliveira Albernaz

(estudante de medicina), Vanessa Cindy Neres Lima (estudante de enfermagem), Fabiana Santos Souza (estudante de letras), Rebekah Djatxukai Leopoldina Guarany (estudante de farmácia), eu (estudante de ciências sociais) e Cláudia Ferreira de Torres (estudante de biblioteconomia). Discentes que em sua maioria já atuaram em matrículas de editais anteriores e que também passaram por capacitação assim como os membros de bancas, todos nos dias 8 e 14 de junho.

O processo de heteroidentificação começou no dia 15 de junho às 8 horas da manhã, com intervalo de 2 horas a partir do meio dia, voltando às atividades às 14 horas com término às 18 horas. Havia duas salas de espera, uma para receber os candidatos do SISU e outra para receber os candidatos do Programa UFGInclui, sendo eu responsável por gerenciar e orientar as demandas de ambas as salas. Na primeira semana Hyrlana Albernaz e Fabiana Santos acolheram os candidatos na sala SISU. E Ailton Ekureu acolheu na sala de espera UFGInclui, no turno matutino estabeleceu parceria com Cláudia Torres (Cláudia) e no período vespertino com Beatriz Silva (Bia).

Contudo, na semana seguinte alterações foram necessárias, pois as aulas de Hyrlana Albernaz retornaram e eram na modalidade integral. Com isso, Fabiana Santos deu continuidade ao acolhimento durante todo o dia, e em parceria com Vanessa Cindy durante o turno matutino. Na sala UFGInclui, o discente Ailton Meri Ekureu permaneceu todos os dias, durante os dois turnos, e as parcerias foram revezadas com variações de turnos e dias com Cláudia Ferreira, Beatriz Soares e Rebekah Djatxukai.

O sistema remoto para o processo de heteroidentificação na fase de ingresso havia sido iniciado nas matrículas de 2020, ou seja, no edital anterior, começando somente no período de recursos, visto que a pandemia se iniciou (a pandemia começou antes na China ou Europa) exatamente ao fim das matrículas regulares. Devido a isso, muitos desafios foram enfrentados e muito aprendizado foi adquirido, tanto por nós, que trabalhávamos na comissão, quanto pelos candidatos. O problema com a conectividade foi o mais complexo e recorrente nos primeiros dias, ocasionando assim atraso no atendimento e reagendamento de quantitativo superior a 60 entrevistas.

No primeiro dia de acolhimento, além do alvoroço nas salas de espera, também aconteceu um processo de ensino-aprendizagem intenso. Pois, todas as situações vivenciadas ensinaram o que não poderia ser repetido e quais procedimentos deveriam ser mantidos. No segundo dia, na sala de espera do SISU a acolhedora Hyrlana Albernaz iniciou a manhã já passando os recados mais sucintamente, e explicando sobre os links, visto que no dia anterior aconteceu recorrentemente de candidatos acessarem links que não eram deles, e sim de outro candidato que seria entrevistado naquele momento.

Também por causa das problemáticas do dia anterior, o presidente Pedro Cruz montou um slide com as principais informações que os candidatos deveriam saber. Slide esse que a acolhedora Fabiana Santos foi atualizando de acordo com as novas demandas e problemáticas. Por exemplo, colocando a informação para que os candidatos escrevessem o nome deles no chat. Informação essa que parece ser mínima, contudo, fez toda a diferença no procedimento, porque economizava o tempo de ficar pedindo para que isso fosse feito e auxiliava na elaboração da lista de chamada, com maior organização de sequência e agilidade.

A acolhedora Fabiana Santos também achou indispensável o fornecimento de uma planilha de Excel simples, para distribuir os nomes dos candidatos conforme a chegada deles. Ela então elaborou a planilha com as colunas “sequência, nome, banca e status de atendimento”, com o título informando a data, turno e responsável pela lista. Fez de todos os dias e me enviou para que eu distribuisse para os demais acolhedores. No dia seguinte, a acolhedora Hyrlana Albernaz conseguiu compartilhar via Google Docs a tabela que Fabiana Santos tinha elaborado. Daí em diante, o trabalho fluiu mais ainda. Enquanto uma ficava responsável por lançar os nomes, simultaneamente, a outra acolhedora já tinha acesso aos nomes lançados e podia chamar para a sala de entrevistas. Essa colaboração mútua confirma o quanto o trabalho em conjunto é fundamental para a construção de saberes, pois a interação possibilitou que cada qual contribuísse com o seu saber em prol de um bem maior, que era a fluidez do processo sem maiores transtornos. Considero interessante observar que todos os conhecimentos são válidos, e juntos constroem uma realidade ainda melhor.

Nos dois primeiros dias, devido ao estado de ânimos exaltados dos candidatos, a todo o momento eles pediam a posição do nome deles na lista de chamada, as acolhedoras sempre respondiam, contudo, isso gerava alvoroço. Pois, ao mesmo tempo em que se falava o nome e colocação de algum, os assistentes administrativos Igor ou João assumiam a fala para informar que tinha banca livre, virava uma desordem de áudios, e custo de tempo. Sem contar que, em um dos turnos, a primeira planilha foi perdida, por questão técnica, e as acolhedoras tiveram que refazer de acordo com os nomes no chat, sem prejuízo a nenhum candidato.

A partir do segundo dia, assumi a tarefa de avisar, pelo aplicativo Whatsapp, às acolhedoras e acolhedor quando tivesse bancas livres bem como avisar para os membros para qual banca candidatas e candidatos estavam sendo enviados, essa responsabilidade possibilitou um pouco mais de alívio aos assistentes Igor Silva e João Cotrim, uma vez que eles eram responsáveis por garantir o máximo de

bancas completas, além de serem integrantes de bancas, principalmente, quando algum outro membro escalado não comparecia.

Diante disso, na segunda feira, Fabiana Santos já iniciou a manhã informando que não iria repassar as posições de nenhum candidato, pois isso havia gerado muitos transtornos na semana anterior, e que no máximo ela diria se estava perto ou longe. Assim ela fez. Interessante foi observar que esse recado de fato inibiu vários candidatos de ficarem perguntando sobre posição na lista, só perguntavam quando era alguma exceção, como a necessidade de ir trabalhar ou problema de internet, situações essas que foram redirecionadas de acordo com a demanda.

A questão da conectividade foi a mais recorrente. Inclusive, por vezes dificultou a comunicação entre a equipe de acolhedores, candidatos e gestão. Em diversos momentos candidatos que já haviam acessado as bancas de heteroidentificação não puderam ser entrevistados imediatamente, por queda de internet. Com isso, passou-se a informar os candidatos que passassem por esse tipo de situação a avisarem quando retornassem, porque fazia parte do rito procedimental o envio desse candidato para a mesma banca que ele estabeleceu contato visual.

A instrução passada pelas acolhedoras era para que os candidatos, ao terem internet novamente, retornassem à sala de espera e informassem em qual etapa a internet caiu, se foi no primeiro momento, ainda na tentativa de acesso à sala de entrevistas ou se foi após o início da entrevista. Pois, era esse momento que iria definir, se voltaria para a mesma sala ou se poderia ser enviado aleatoriamente.

Enquanto gerenciava as atividades de acolhimento e orientação no processo seletivo para graduação em 2020, Dr^a Marlini pediu para que eu anotasse o máximo de observações que estivesse fazendo naqueles dias enquanto exercia minhas funções na Comissão de Heteroidentificação. Depois que acabou o período de matrículas passei a limpo tudo o que tinha conseguido observar. Essas anotações acabaram se tornando um caderno de campo e de lá extrai várias informações que foram possíveis apresentar como relatório de Iniciação à Pesquisa no 17º Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão (Conpeex) desse mesmo ano na UFG.

Quanto às matrículas de 2021, sugeri para a gestão da CAAF que nosso trabalho de acolhimento fosse vinculado a uma das atividades do Projeto de Extensão “Seminário Nós por nós: participação, inclusão e ações afirmativas”, uma vez que é promovido pela própria CAAF e é um acolhimento feito por pessoas negras e indígenas, em contrapartida, também passa a ser uma forma de valorizar a carga horária que cada acolhedor dedica a esse trabalho de forma voluntária.

Na atividade remota, por mais que o trabalho tenha tido êxito institucionalmente, diante de tantos obstáculos, ainda assim, não podemos abrir mão da heteroidentificação presencial. O acolhimento que se expressa não somente pelas ações dos estudantes, mas também perpassa as ações das bancas e da gestão, possibilita a interação maior com candidatos e abre mais caminhos para reflexões de identificar-se e ser identificado, uma vez que é quase impossível não engessar nossas ações na modalidade remota.

Enquanto candidata em 2016, eu era recepcionada de forma que mal compreendia o processo, em anos posteriores, 2020 e 2021, volto à matrícula agora na condição de recepcionar e acolher. Essa mudança de posicionamento no processo seletivo é resultado de uma extensa atuação junto à CAAF, na qual participei de várias reuniões que discutiram as demandas da heteroidentificação, desde a fase inicial de capacitação, e me possibilitou participar e auxiliar na organização de eventos acadêmicos que promoveram trocas de experiências com povos tradicionais (indígenas e quilombolas) e com comissões de outras universidades federais. Todas essas vivências desencadearam reflexões produtivas acerca das políticas públicas de ações afirmativas no Brasil, e me fizeram lembrar daquilo que nos diz a antropóloga Dra. Mariza Peirano (2014)

Tudo o que nos surpreende, que nos intriga, tudo que estranhemos nos leva a refletir e a imediatamente nos conectar com outras situações semelhantes que conhecemos ou vivemos (ou mesmo opostas), e a nos alertar para o fato de que muitas vezes a vida repete a teoria. (PEIRANO, 2014, p. 378).

Mediante isso, destaco a importância de observarmos criticamente o mundo que nos rodeia. No período de matrículas, enquanto observadora-participante capturei vários detalhes a partir das breves relações estabelecidas com os candidatos e, até mesmo, em diálogos desenvolvidos com os colegas, por exemplo, o quanto a estrutura física influencia no processo de matrícula. Com isso, notamos que o processo de matrículas, inclusive na figura da Comissão de Heteroidentificação, também deve e pode ser um momento de acolhimento a candidatos cotistas.

REFERÊNCIAS

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Portaria nº 4 de 6 de abril de 2018**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 de abril 2018. Seção 1, p. 68. Disponível em: <http://www.in.gov.br/dados-abertos/base-de-dados/publicacoes-do-dou> . Acesso em: 24 jul. 2020.

DIAS, G. R. M.; JUNIOR, P. R. F. T. **Heteroidentificação e cotas raciais**: dúvidas, metodologias e procedimentos. Canoas: IFRS campus Canoas, 2018.

PEIRANO, M. **Etnografia não é método**. Horizontes antropológicos, n.42, p. 377 – 391, 2014.

RESOLUÇÃO **CONSUNI Nº 32R/2017** da Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://www.ufg.br/n/63397-resolucoes> Acesso em: 18 set. 2020.

UFG **INCLUI. Ações afirmativas**: UFGInclui. Disponível em: <https://www.acoesafirmativas.ufg.br/p/27853-duvidas-frequentes-ufginclui> . Acesso em: 16 jul. 2020.

Data de submissão: 26/03/2022

Data de aprovação: 07/09/2022